

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003759-81.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cheque**  
Requerente: **José Antonio Faria de Godoi**  
Requerido: **AS COISAS DA TERRA LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação de cobrança alicerçada em cheques, cuja emissão não foi refutada pela ré emitentes da cártulas.

Em contestação, ela asseverou que as cártulas foram emitidas em razão de negócio firmado entre o autor e o réu Jesué, que por sua vez em contestação limitou-se em realizar proposta de acordo que não foi aceita pelo autor.

A ré As Coisas da Terra, contudo, não trouxe aos autos um indício sequer que ao menos conferisse verossimilhança às suas alegações.

Como se vê, inexistente base minimamente sólida que respalde a versão dela.

Não lhe bastava argumentar pura e simplesmente que a hipótese atinava a negócio que não se envolveu.

Na verdade, seria imprescindível que a ré demonstrasse de algum modo a razoabilidade de seus argumentos, até em virtude do que preceitua o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.

Não tendo ela o feito de qualquer forma, prevalece o teor da prova documental que alicerçou o pleito do autor.

Como se não bastasse, o réu Jesué também não refutou sua responsabilidade pelo pagamento dos cheques, nem sequer alegou não ser parte do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

negócio que envolveu as partes, portanto sua condenação também é de rigor.

A ação procede, portanto, mas parcialmente.

Isso porque a correção monetária relativa os valores de cada cheque incidirá a partir do ajuizamento da ação (art. 1º, § 2º, da Lei nº 6.899/81) e os juros fluirão apenas a partir da citação, pois esse é o marco que caracteriza a mora dos réus.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação e condeno os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 5.289,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**